



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
COMISSÃO EXECUTIVA DO VESTIBULAR

**CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA
AUDITOR DE CONTROLE INTERNO**
Edital Nº01/2013 - CGE/SEPLAG

**PROVAS DE CONHECIMENTOS GERAIS E
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DA ÁREA DE
AUDITORIA GOVERNAMENTAL**

Duração da Prova: 4 horas e 30 minutos
Início: 9h00min - Término: 13h30min

Após receber o seu **cartão-resposta**, copie nos locais apropriados, uma vez com **letra cursiva** e outra com **letra de forma**, a seguinte frase:

O real conhecimento é obra do tempo.

ATENÇÃO!

Marque no local apropriado do seu CARTÃO-RESPOSTA o número 1 que o número do gabarito deste caderno de provas e que também se encontra no rodapé de cada página.

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DESTA PROVA ENCONTRAM-SE NA FOLHA DE INSTRUÇÕES QUE VOCÊ RECEBEU AO INGRESSAR NA SALA DE PROVA.

PROVA 1

CONHECIMENTOS GERAIS

- Esta Prova, comum a todas as áreas de conhecimentos deste Certame, é composta de 60 (sessenta) questões, todas com 4 (quatro) alternativas, assim distribuídas:
 - Língua Portuguesa** (15 questões: **01-15**);
 - Conhecimento Lógico, Quantitativo e Analítico** (05 questões: **16-20**);
 - Direito Constitucional** (05 questões: **21-25**);
 - Direito Administrativo** (05 questões: **26-30**);
 - Administração e Políticas Públicas** (05 questões: **31-35**);
 - Direito Financeiro** (05 questões: **36-40**);
 - Auditoria Governamental de Processos com Foco em Riscos** (10 questões: **41-50**);
 - Administração Financeira e Orçamentária** (10 questões: **51-60**).

PROVA 2

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DA ÁREA DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL

- Esta Prova, específica da área de Auditoria Governamental, é composta de 40 (quarenta) questões, todas com 4 (quatro) alternativas, assim distribuídas:
 - Contabilidade Geral** (10 questões: **61-70**);
 - Contabilidade Pública** (10 questões: **71-80**);
 - Finanças Públicas** (10 questões: **81-90**);
 - Administração Pública** (10 questões: **91-100**).

ATENÇÃO!

- Verifique se o seu caderno de provas está completo e legível. Caso observe qualquer imperfeição, comunique, **IMEDIATAMENTE**, ao fiscal de sala.
- **O CARTÃO-RESPOSTA que não contiver a marcação do número do gabarito NÃO SERÁ CORRIGIDO e o candidato será eliminado deste Concurso.**

PROVA 1

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto – Por que compramos por impulso

01 Quem não adora fazer uma comprinha
02 para quebrar a rotina e se sentir mais feliz?
03 Consumir é um ato de prazer. Porém muitos
04 pagam um alto preço pelo consumo por
05 impulso. Não raro, guarda-roupas estocam
06 roupas e sapatos sem uso, estantes acumulam
07 livros não lidos e filmes não assistidos e
08 alimentos com data de validade vencida. Férias,
09 eletrônicos, automóveis e outros itens de
10 padrão superior ao que cabe no bolso das
11 famílias as fazem acumular dívidas. **São**
12 **exemplos de dinheiro desperdiçado que**
13 **diminuem o poder de compra.**

14 É possível driblar essa impulsividade se
15 você estiver consciente sobre os dois principais
16 motivos que nos levam a perder o controle: o
17 represamento de vontade e a falta de objetivos
18 claros.

19 O represamento de vontade ocorre
20 **quando alguém** não prioriza, em seu
21 orçamento, dinheiro para itens importantes em
22 **sua** qualidade de vida e realização pessoal,
23 **como** estar na moda ou sair com amigos. Sem
24 estabelecer prioridade, destina-se uma verba
25 maior para itens menos recompensadores,
26 **como** a moradia, o carro e a escola das
27 crianças. Adota-se um estilo de vida que limita
28 a aquisição **do** que traria prazer.

29 A vontade vai ficando represada,
30 incentivando **nosso cérebro** a defender-se da
31 escassez. Depois de certo tempo, qualquer
32 oportunidade de consumo se torna uma escolha
33 impulsiva. É nosso cérebro pedindo para tirar o
34 atraso e também para adiantar o consumo,
35 como forma de se prevenir contra a falta. A
36 solução? **Ir mais vezes às compras, destinar**
37 **recursos ao consumo regular do que é**
38 **importante e diminuir a verba para outros**
39 **itens.**

40 Ter objetivos é **outra forma** de conter
41 a impulsividade. Por não tirar um tempo para
42 organizar **suas** vidas e fazer planos, **muitos** se
43 frustram e não entendem exatamente por **quê**.
44 Para quem não consegue obter realização
45 cotidiana por outros meios, o prazer das
46 compras é uma válvula de escape.

47 **Quanto menos felizes com a vida,**
48 **mais carentes e propensos a ceder aos**
49 **estímulos de marketing ficaremos.** Quando
50 uma mulher sai de uma loja com cinco pares de
51 sapatos, pode ser que a necessidade não sejam
52 os sapatos, mas o prazer de se ver bela, bem

53 atendida e cuidando de si. Não precisava de
54 sapatos, mas sim da compra. Se tivesse algum
55 grande motivo para dizer não a um instante de
56 prazer, provavelmente agiria menos por
57 impulso. Quem está poupando para as férias
58 dos sonhos terá o mesmo apetite diante de
59 uma vitrine? Provavelmente, não.

60 Antes de culpar seu parceiro ou seus
61 filhos pela propensão a comprar supérfluos, que
62 tal conversarem sobre sonhos? Façam planos,
63 corram atrás deles. **Curtam mais a vida**, para
64 que o prazer das compras **fique** pequeno
65 diante do resto.

(*Época*. 29 out. 2012. N. 754, p. 116)

01. O texto tem a seguinte estrutura:

- A) introdução do assunto e utilização de seis argumentos principais.
- B) apresentação de um ponto de vista e utilização de dois argumentos principais.
- C) introdução do assunto e utilização de oito argumentos principais.
- D) apresentação de um ponto de vista e utilização de seis argumentos principais.

02. Na passagem "**São exemplos de dinheiro desperdiçado que diminuem o poder de compra**", linhas 11-13, o elemento de coesão "**que**" está empregado como

- A) conjunção coordenativa.
- B) conjunção integrante.
- C) pronome indefinido.
- D) pronome relativo.

03. Funciona como elemento de coesão entre parágrafos a expressão

- A) "**quando**", linha 20.
- B) "**nosso cérebro**", linha 30.
- C) "**outra forma**", linha 40.
- D) "**mais**", linha 48.

04. Sobre os termos "**como**", linha 23, e "**como**", linha 26, é correto afirmar-se que

- A) ambos revelam ideia de exemplificação.
- B) ambos revelam ideia de comparação.
- C) o primeiro revela ideia de exemplificação, e o segundo revela ideia de comparação.
- D) o primeiro revela ideia de comparação, e o segundo revela ideia de exemplificação.

05. Analise as afirmativas a seguir.

- I. O pronome "**sua**", linha 22, se refere ao termo "**alguém**", linha 20.
- II. O pronome "**suas**", linha 42, se refere ao termo "**muitos**", linha 42.

É correto afirmar-se que

- A) I e II são falsas.
- B) I e II são verdadeiras.
- C) somente I é verdadeira.
- D) somente II é verdadeira.

06. A expressão "**do**", linha 28, corresponde ao sentido de

- A) daquilo.
- B) dela.
- C) dele.
- D) de alguém.

07. Na passagem "**Ir mais vezes às compras, destinar recursos ao consumo regular do que é importante e diminuir a verba para outros itens**", linhas 36-39, há relações oracionais

- A) somente por coordenação.
- B) somente por subordinação, com a presença de elemento de coesão.
- C) somente por subordinação, sem a presença de elemento de coesão.
- D) por coordenação e por subordinação.

08. O "**quê**" da linha 43 está acentuado,

- A) porque está no final da frase.
- B) por tratar-se de um pronome relativo.
- C) por tratar-se de um monossílabo tônico.
- D) porque introduz uma pergunta.

09. A passagem "**Quanto menos felizes com a vida, mais carentes e propensos a ceder aos estímulos de marketing ficaremos**", linhas 47-49, estabelece relação de

- A) concessão.
- B) condição.
- C) finalidade.
- D) proporção.

10. O verbo da frase "**Curtam mais a vida**", linha 63, na segunda pessoa do singular, no mesmo modo imperativo, fica

- A) curta mais a vida.
- B) curtas mais a vida.
- C) curte mais a vida.
- D) curtes mais a vida.

11. A forma verbal "**fique**", linha 64, está empregada no

- A) presente do indicativo.
- B) presente do subjuntivo.
- C) imperativo afirmativo.
- D) futuro de presente.

12. Estão grafadas corretamente as palavras destacadas das frases em

- A) Vamos **adivinhar** tudo. – Chegaremos a um **concenso**.
- B) O consumidor quer **extravazar**. – As notícias não irão **vazar**.
- C) Não vamos **hesitar** na hora das compras. – A criança está com **teimosice**.
- D) Não vamos agir com **rijidez**. – Não vamos agir com **rigeza**.

13. O sinal indicativo de crase está corretamente empregado nas duas ocorrências da frase

- A) O consumo pertence **à** ela e **àquelas** suas amigas.
- B) A mãe, **à** qual o marido aludiu, foi **àquela** reunião.
- C) O filho se refere **à** mães dedicadas e **à** outra avó.
- D) A filha, **à** qual o pai encontrou na loja, saiu **à** cantar.

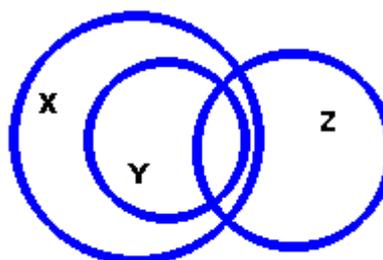
14. Está certa a concordância verbal na frase

- A) Examinaram-se todos os detalhes da alta dos preços.
- B) No relógio da cozinha, bateram uma hora e cinquenta minutos.
- C) Verificaram-se que os preços foram tabelados.
- D) Tratam-se dos detalhes da alta dos preços.

15. A colocação do pronome átomo está correta na frase

- A) Esperamos que preparem-se os consumidores.
- B) Os consumidores haviam preparado-se para a alta dos preços.
- C) Prepararemos-nos para a alta dos preços.
- D) Os consumidores conheceram o lugar onde se prepararão.

18. Após a análise do resultado de uma pesquisa sobre a preferência dos leitores com relação aos jornais X, Y e Z, construiu-se o diagrama da figura a seguir, em que cada circunferência representa o jornal indicado e seu interior corresponde às pessoas que leem o referido jornal.



Do diagrama é possível concluir corretamente que

- A) quem lê o jornal X também lê o jornal Y.
- B) algumas pessoas leem os três jornais.
- C) algumas pessoas entrevistadas não leem jornal.
- D) todos os entrevistados leem os três jornais.

19. Na figura abaixo, temos oito cartelas coladas duas a duas. Com os algarismos 0, 1, 2, 2, 3, 3, 7, 8 e 9, é possível preencher as cartelas, formando uma sequência de quatro dezenas consecutivas e sobrando apenas um dos algarismos.



O algarismo não utilizado será o

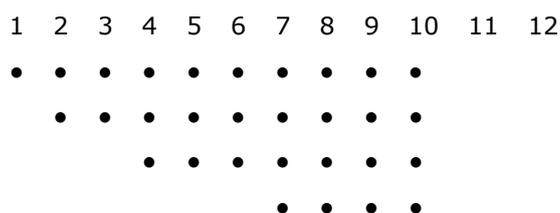
- A) 0.
- B) 7.
- C) 3.
- D) 9.

20. Os três pontos O, P e Q são marcados sobre uma folha de papel, de tal forma que OP e OQ medem, respectivamente, 3 cm e 4 cm. Nestas condições, a maior e a menor distância possíveis entre P e Q são, respectivamente,

- A) 5 cm e 1 cm.
- B) 5 cm e 2 cm.
- C) 7 cm e 1 cm.
- D) 7 cm e 2 cm.

**CONHECIMENTO LÓGICO,
 QUANTITATIVO E ANALÍTICO**

16. Na figura a seguir, as bolinhas pretas foram colocadas nas colunas seguindo certo padrão: na coluna 1, foi colocada uma bolinha; nas colunas 2 e 3, foram colocadas duas bolinhas em cada; nas colunas 4, 5 e 6, foram colocadas três bolinhas em cada; nas colunas 7, 8, 9 e 10, foram colocadas quatro bolinhas em cada.



Seguindo o padrão acima descrito, quando forem colocadas as bolinhas das colunas 11 e 12, teremos na figura um total de quantas bolinhas?

- A) 40.
- B) 35.
- C) 38.
- D) 45.

17. A negação de “Se João come massa, então ele toma vinho” é

- A) João não come massa e toma vinho.
- B) João come massa e não toma vinho.
- C) João não come massa e não toma vinho.
- D) João come massa e toma vinho.

DIREITO CONSTITUCIONAL

21. A respeito das responsabilidades do Presidente da República, marque a afirmação correta.

- A) Enquanto não sobrevier sentença condenatória, nas infrações comuns, o Presidente da República não estará sujeito à prisão, salvo no caso de crime inafiançável e em flagrante delito.
- B) Nos crimes de responsabilidade, o Presidente da República é julgado pela Câmara dos Deputados, mediante prévia admissão da acusação pelo Senado Federal.
- C) O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.
- D) São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra a legislação tributária, previdenciária e financeira.

22. A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constituindo-se em Estado Democrático de Direito. Considerando as competências e as relações entre os entes da federação assim constituída, marque a afirmação verdadeira.

- A) Os Municípios regem-se por Lei Orgânica, votada em turno único na respectiva Câmara Municipal, que possui natureza de lei complementar à Constituição Estadual.
- B) No âmbito estadual, há manifestação do poder constituinte derivado decorrente para edição da respectiva Constituição, que regerá o Estado-membro juntamente com as leis que adotar.
- C) A União Federal possui competência residual para disciplinar matéria que a Constituição Federal não tenha atribuído expressamente aos Estados-membros ou aos Municípios.
- D) A competência concorrente de que desfrutam União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios autoriza aos entes periféricos exercerem competência plena diante da omissão federal.

23. Sobre as normas constitucionais, é correto afirmar-se que

- A) as que disciplinam os direitos fundamentais podem ser de eficácia plena ou limitada, jamais contida.
- B) as conhecidas como de eficácia contida caracterizam-se por terem condições de produzir efeitos imediatos, podendo, porém, lei posterior reduzir sua abrangência.
- C) as de eficácia limitada dependem de regulamentação por lei, não podendo, até a superveniência desta, irradiar qualquer efeito, ainda que na qualidade de vetor hermenêutico para interpretação de outras normas.
- D) as de princípios programáticos são espécie de normas de eficácia limitada que traçam esquemas gerais de órgãos, instituições e entidades.

24. As comissões parlamentares de inquérito

- A) são constituídas por requerimento de 1/3 dos membros da respectiva Casa, desde que aprovada por maioria simples do plenário.
- B) têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, podendo operar a quebra de sigilo de dados bancários e realizar interceptações telefônicas.
- C) apuram fato determinado por prazo certo, que poderá ser prorrogado, respeitado o limite da legislatura.
- D) terão suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Poder Judiciário, por sua instância competente, para que promova a responsabilização civil ou criminal dos infratores.

25. No processo legislativo de elaboração de normas,

- A) mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros, podem propor emenda à Constituição Federal.
- B) são de iniciativa exclusiva do Chefe do Executivo as leis que disponham sobre matéria tributária.
- C) o vício de iniciativa, no tocante à matéria de iniciativa exclusiva do Chefe do Executivo, pode ser convalidado pela sanção.
- D) o veto pode ser expresso ou tácito, enquanto a sanção será sempre expressa e fundamentada.

DIREITO ADMINISTRATIVO

26. Acerca dos agentes públicos, assinale a afirmação correta.

- A) Os cargos em comissão estão reservados a atribuições de direção, chefia e assessoramento, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei.
- B) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros natos que preenchem os requisitos estabelecidos em lei, sendo naturalizados e estrangeiros dependentes de expressa permissão na lei de regência do cargo.
- C) Os empregados públicos, por não ocuparem cargo efetivo e se submeterem ao regime celetista em que não há estabilidade, não necessitam, na contratação, de aprovação em concurso público.
- D) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público, ressalvado os casos expressamente previstos em lei em atenção à relevância do cargo respectivo.

27. No que concerne à organização da administração pública, assinale a afirmação correta.

- A) A desconcentração administrativa caracteriza-se pela distribuição de competências para entidades da administração indireta, por outorga ou delegação.
- B) As sociedades de economia mista distinguem-se das empresas públicas porque estas se organizam, necessariamente, sob a forma de sociedade anônima, com o capital inteiramente público, embora ambas exerçam atividade econômica.
- C) Os órgãos públicos possuem personalidade jurídica própria, por concentrarem feixes de competência necessários para o funcionamento da Administração Pública, exercidos pelo regime integralmente de direito público.
- D) Compete privativamente ao Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.

28. É uma hipótese em que se verifica a inexigibilidade de licitação, segundo as prescrições da Lei 8.666/93, a contratação

- A) para o fornecimento de bens e serviços, produzidos ou prestados no País, que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional, mediante parecer de comissão especialmente designada pela autoridade máxima do órgão.
- B) realizada por empresa pública ou sociedade de economia mista com suas subsidiárias e controladas, para a aquisição ou alienação de bens, prestação ou obtenção de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.
- C) para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca.
- D) voltada às compras de material de uso pelas Forças Armadas, com exceção de materiais de uso pessoal e administrativo, quando houver necessidade de manter a padronização requerida pela estrutura de apoio logístico dos meios navais, aéreos e terrestres, mediante parecer de comissão instituída por decreto.

29. No que diz respeito a contratos administrativos, assinale a afirmação correta.

- A) Diferenciam-se dos contratos de direito privado por terem forma livre, desde que a forma adotada permita a identificação das obrigações pertinentes a cada uma das partes envolvidas.
- B) Como de todo e qualquer contrato, observam a cláusula *rebus sic stantibus*, segundo a qual as obrigações devem ser cumpridas na estrita forma que foram pactuadas inicialmente.
- C) É cláusula exorbitante e implícita de todo contrato administrativo a exceção de contrato não cumprido, segundo a qual o poder público não poderá exigir a prestação do particular se não tiver adimplido a sua própria obrigação.
- D) O contrato administrativo caracteriza-se, dentre outros fatores, pela existência de cláusulas exorbitantes, como a possibilidade de revogação unilateral pela Administração, fiscalização e aplicação de penalidades.

30. O ato administrativo praticado pela Administração Pública

- A) pode ser extinto por contraposição, que ocorre com a expedição de um ato administrativo posterior, fundado em competência diversa, cujos efeitos lhes são contrários.
- B) que padece de vício de finalidade poderá ser convalidado mediante saneamento praticado pelo particular interessado no respectivo ato.
- C) desfruta de presunção de legitimidade, fazendo, por esse motivo, surgir unilateralmente obrigações para os particulares, independentemente de sua vontade.
- D) equivale ao ato da administração, porquanto ambos estão sujeitos ao regime jurídico administrativo, caracterizado por regras e princípios de direito público.

ADMINISTRAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

31. Considere a seguinte afirmação: “O acesso à informação pública é a regra, e o sigilo, a exceção”. Este princípio é regulado pela Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que proporciona ao governo brasileiro um importante passo na trajetória da transparência pública. Com relação a essa lei, escreva V ou F conforme seja verdadeiro ou falso o que se afirma nos itens abaixo.

- () São estabelecidos prazos para que sejam repassadas as informações ao solicitante, pois a resposta deve ser dada imediatamente, se estiver disponível, ou em até 25 dias, prorrogáveis por mais 10 dias.
- () O serviço de busca e fornecimento das informações é gratuito, salvo cópias de documentos.
- () Nos casos em que a informação estiver sob algum tipo de sigilo previsto em lei, é direito do requerente obter o inteiro teor da negativa de acesso.
- () Quando a informação for parcialmente sigilosa, fica assegurado o acesso, por meio de certidão, extrato ou cópia, com a ocultação da parte sob sigilo.

Está correta, de cima para baixo, a seguinte sequência:

- A) V, F, F, V.
- B) F, V, V, V.
- C) V, V, F, F.
- D) F, F, V, F.

32. A Lei Federal nº 12.527/2011 prevê exceções à regra de acesso para dados pessoais e informações classificadas por autoridades como sigilosas. No que tange às novas regras referentes à classificação da informação, são feitas as seguintes afirmações:

- I. A informação classificada como ultrassecreta tem um prazo de segredo de 25 anos, sendo renovável por mais duas vezes.
- II. A informação classificada como secreta tem um prazo de segredo de 15 anos.
- III. A informação classificada como secreta tem um prazo de segredo de 10 anos.

É correto o que se afirma apenas em

- A) III.
- B) II.
- C) I.
- D) I e II.

33. Considere a seguinte afirmação: A Lei nº 4.320/64 estabelece que o controle da execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, Municípios e Distrito Federal será exercido pelos Poderes Legislativo e Executivo, mediante controles externo e interno, respectivamente. Sobre Controle Externo e Controle Interno, escreva V ou F conforme seja verdadeiro ou falso o que se afirma nos itens abaixo.

- () O controle externo é assim definido por ser exercido pelo próprio ente, Poder, administrando a aplicação de recursos sob sua responsabilidade.
- () O controle interno, dentre outras finalidades, apoia o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- () No controle interno sua fiscalização será realizada previamente, concomitantemente e subsequentemente à expedição dos atos administrativos.
- () O objetivo geral dos controles internos administrativos é evitar a ocorrência de impropriedades e irregularidades dentro da administração pública.

Está correta, de cima para baixo, a seguinte sequência:

- A) F, V, V, V.
- B) F, F, V, F.
- C) V, F, F, V.
- D) F, V, F, F.

34. É função do Orçamento Público

- A) orientar a elaboração dos planos plurianuais.
- B) orientar a elaboração das diretrizes orçamentárias.
- C) estimar as receitas e fixar as despesas para o exercício, compreendendo o orçamento fiscal, da seguridade social e o de investimentos.
- D) elaborar os programas e ações governamentais.

35. Com relação ao Planejamento da Administração Pública, correlacione os itens da coluna I aos listados na coluna II, numerando corretamente a coluna II de acordo com a I.

COLUNA I		COLUNA II
1. Instrumentos de Planejamento	()	Programas do governo
2. Plano Plurianual	()	Fiscal, Investimentos e Seguridade Social
3. Orçamento Público	()	Critérios para a política de pessoal
4. Lei de Diretrizes Orçamentárias	()	Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- A) 1, 2, 3, 4.
- B) 2, 4, 3, 1.
- C) 2, 3, 1, 4.
- D) 2, 3, 4, 1.

DIREITO FINANCEIRO

36. A Lei nº 4.320/64 classifica como despesa de custeio as relacionadas a:

- A) serviços de terceiros, encargos diversos e obras públicas.
- B) material de consumo, pensionistas e material permanente.
- C) pessoal civil, subvenções econômicas e equipamentos e instalações.
- D) pessoal civil, pessoal militar e material de consumo.

37. Acerca dos princípios orçamentários, assinale a afirmação correta.

- A) O princípio da legalidade impõe que todas as despesas públicas tenham previsão nas respectivas leis orçamentárias, que têm natureza de lei complementar.
- B) Pelo princípio da universalidade, todas as receitas e despesas devem, necessariamente, constar no orçamento anual, com exceção de tributos que venham a ser validamente criados e cobrados durante o exercício financeiro.
- C) O princípio da anualidade determina que as receitas públicas somente poderão ser exigidas após um ano da edição na lei orçamentária anual, o mesmo se dando com as despesas, que só poderão ser executadas após esse prazo.
- D) Pelo princípio da não-afetação, as receitas públicas de tributos, seja qual for sua espécie, não podem ser vinculadas a uma despesa específica, órgão ou fundo.

38. Segundo as disposições da Constituição Federal acerca da atividade financeira do Estado,

- A) o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual são votados pelo poder legislativo como leis ordinárias, não necessitando da sanção do Chefe do Executivo, em todos os níveis federativos, tanto federal quanto estadual e municipal.
- B) a lei que instituir as diretrizes orçamentárias estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- C) os poderes legislativo, executivo e judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos.
- D) o plano plurianual, entre outras matérias, compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, e disporá sobre as alterações na legislação tributária.

39. As receitas públicas

- A) extraorçamentárias compreendem os ingressos financeiros ou créditos de terceiros que não integram o orçamento público e que constituirão compromissos exigíveis do ente como simples depositário ou como agente passivo da obrigação, cujo pagamento independe de autorização legislativa.
- B) de capital são as receitas de impostos, contribuições, taxas, patrimoniais, de origem industrial ou agropecuária, de serviços e outras, bem como as que provierem de recursos financeiros recebidos de outras pessoas jurídicas, públicas ou privadas, quando destinadas a atender despesas diversas.
- C) correntes são as provenientes da realização de recursos financeiros decorrentes de constituição de dívidas, da conversão, em espécie, de bens e direito, de recursos recebidos de outras pessoas jurídicas, públicas ou privadas, voltadas a despesas exclusivas.
- D) por mutações patrimoniais são as que contribuem para o aumento do saldo patrimonial, inserindo-se no conceito de fatos contábeis modificativos aumentativos, como é exemplo o recebimento de transferência de capital.

40. Acerca dos tribunais de contas, marque a opção correta.

- A) Integram o Poder Judiciário da União ou dos Estados-membros, conforme for o caso, tendo suas decisões força executiva a ser realizada por processo na instância que a expediu.
- B) É vedada a criação de tribunal de contas municipais, enquanto órgão da estrutura local, sendo ressalvados os já existentes por ocasião da edição de Constituição Federal de 1988.
- C) Em atenção ao princípio da autonomia federativa, não pode o Tribunal de Contas da União realizar fiscalizações sobre despesas públicas estaduais ou municipais, ainda que envolvam verbas federais.
- D) Os tribunais de contas dos Estados-membros exercem o controle sobre a atividade financeira do respectivo Estado-membro e dos Municípios existentes em seu território, sendo proibida a criação de tribunal de contas, como órgão estadual, específico para os Municípios.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL DE PROCESSOS COM FOCO EM RISCOS

41. A auditoria que consiste em avaliar as ações gerenciais das unidades da administração pública, programas, projetos e atividades, com a finalidade de emitir uma opinião sobre a gestão quanto aos aspectos da eficiência, da eficácia e da economicidade denomina-se auditoria

- A) patrimonial.
- B) contábil.
- C) de conformidade.
- D) operacional.

42. Assinale a opção que **NÃO** corresponde a um objetivo do controle interno, de acordo com o COSO.

- A) Conformidade com as normas e legislação.
- B) Eficácia, eficiência e economicidade das operações.
- C) Julgamento das prestações de contas dos gestores públicos.
- D) Tempestividade, veracidade e fidedignidade das demonstrações contábeis.

43. A forma de execução da auditoria está relacionada com quem está executando os trabalhos e não com o órgão ou entidade onde a auditoria está sendo realizada. Assim, as auditorias executadas de forma direta subdividem-se em centralizada, descentralizada e

- A) compartilhada.
- B) integrada.
- C) simplificada.
- D) terceirizada.

44. Com o objetivo de estruturar um controle eficaz sobre os riscos potenciais, quanto ao momento, as ações de controle são divididas em

- A) a priori, concomitante e a posteriori.
- B) corretiva, fiscalizadora e punitiva.
- C) detectiva, concomitante e punitiva.
- D) fiscalizadora, detectiva, e corretiva.

45. O risco de perda resultante da inobservância de dispositivos legais ou regulamentos, da mudança da legislação ou de alterações na jurisprudência aplicáveis às transações da instituição denomina-se risco

- A) creditício.
- B) operacional.
- C) de auditoria.
- D) de conformidade.

46. Um dos objetivos gerais das normas de auditoria governamental é

- A) orientar os dirigentes públicos quanto aos princípios e às normas de controle interno.
- B) propor mecanismos para o exercício do controle social sobre as ações governamentais.
- C) servir de base para a avaliação dos trabalhos de auditoria interna.
- D) uniformizar os processos de controle externo.

47. As informações utilizadas pelo auditor para fundamentar as conclusões em que se baseia a sua opinião denominam-se

- A) eventos.
- B) evidências.
- C) premissas.
- D) suficiência.

48. A entidade, sem fins lucrativos, dedicada à melhoria dos resultados e relatórios financeiros, por meio da ética, da efetividade dos controles internos e da governança corporativa é denominada

- A) Committee of Sponsoring Organizations – COSO.
- B) Enterprise Risk Management – ERM.
- C) Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores – INTOSAI.
- D) Organização Latino-Americana de Entidades Fiscalizadoras Superiores – OLACEFS.

49. Divide-se o controle interno em

- A) administrativo e fiscal.
- B) contábil e administrativo.
- C) financeiro e contábil.
- D) operacional e patrimonial.

50. A Declaração de Lima é um documento emitido pela INTOSAI, que tem por finalidade

- A) criar condições para o exercício do controle social sobre os programas contemplados com recursos oriundos do Poder Público.
- B) dar um direcionamento técnico para todas as Entidades de Fiscalização Superior, a fim de que os procedimentos utilizados na execução de auditorias respeitem uma homogeneidade em nível internacional.
- C) orientar subsidiariamente os dirigentes das entidades públicas quanto aos princípios e às normas de controle interno, inclusive sobre a forma de prestar contas.
- D) propor mecanismos para o exercício do controle social sobre as ações governamentais, bem como a adequação dos mecanismos de controle social.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

51. O empenho é o instrumento de que se serve a Administração Pública para controlar a execução do orçamento. É através dele que o Poder Legislativo se certifica de que os créditos concedidos ao Executivo estão sendo obedecidos. Sobre o tema, a Lei Federal nº 4.320/64 diz que

- A) as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, serão inscritas em restos a pagar, distinguindo-se os liquidados dos não liquidados.
- B) é vedada a realização de despesa sem prévio empenho, ressalvados os casos previstos em lei.
- C) em casos especiais, previstos na legislação específica será dispensado o empenho da despesa.
- D) em casos de despesas contratuais, sujeitas a parcelamento, o empenho deverá ser global.

52. Por determinação constitucional, o Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, o

- A) demonstrativo de metas e riscos fiscais.
- B) demonstrativo regionalizado de receitas e despesas.
- C) relatório de gestão fiscal.
- D) relatório resumido da execução orçamentária.

53. No Brasil, durante a Primeira República, a lei de orçamento continha matérias estranhas, rotuladas de “caudas orçamentárias”, o que levou Rui Barbosa a chamar esses orçamentos de “rabilongos”. O princípio orçamentário que surgiu com o objetivo de impedir que as leis orçamentárias fossem utilizadas como meio de aprovação de matérias que nada tinham que ver com questões financeiras foi o Princípio da

- A) Discriminação.
- B) Especialização.
- C) Exclusividade.
- D) Universalidade.

54. A evolução conceitual do orçamento público demonstra a existência das seguintes fases:

- A) orçamento de desempenho e orçamento por realizações.
- B) orçamento econômico e orçamento fiscal.
- C) orçamento-programa e orçamento-programático.
- D) orçamento tradicional e orçamento moderno.

55. Segundo a Constituição Federal, a lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, **NÃO** se incluindo nessa proibição a autorização para abertura de créditos

- A) adicionais e contratação de operações de crédito, mesmo que por antecipação de receita.
- B) especiais e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita.
- C) suplementares e contratação de operações de crédito, mesmo que por antecipação de receita.
- D) suplementares e especiais, bem como a contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita.

56. Os instrumentos de planejamento orçamentário, previstos no texto constitucional, que têm a função de reduzir as desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional são

- A) o orçamento anual e a lei de diretrizes orçamentárias.
- B) o orçamento fiscal e o de investimento das empresas estatais.
- C) o orçamento fiscal, o da seguridade social e o de investimento das estatais.
- D) o orçamento-programa e o plano plurianual.

57. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, a operação de crédito por antecipação de receita

- A) deverá ser liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o último dia útil do exercício financeiro em que for realizada.
- B) estará proibida enquanto existir operação anterior da mesma natureza não integralmente resgatada.
- C) não será autorizada se forem cobrados outros encargos que não a taxa de juros da operação, facultativamente prefixada ou indexada à taxa básica financeira.
- D) só pode ser realizada a partir do segundo ano de mandato e não poderá ser realizada no último ano de mandato do Presidente, do Governador ou do Prefeito Municipal.

58. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, previstos na Lei Complementar nº 101/2000:

- A) as leis orçamentárias, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, o Relatório de Gestão Fiscal e as prestações de contas, com os respectivos pareceres prévios, emitidos pelo Tribunal de Contas competente.
- B) as leis orçamentárias, os relatórios fiscais e os quadros de Recursos e de Aplicação de Capital previstos na Lei 4.320/64.
- C) as leis orçamentárias, os relatórios fiscais e os orçamentos plurianuais de investimentos previstos na Lei 4.320/64.
- D) os planos, os programas governamentais, os orçamentos tradicionais, as leis de diretrizes orçamentárias, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal.

59. O instrumento de planejamento orçamentário que deverá dispor sobre o equilíbrio entre receitas e despesas, bem como sobre os critérios e a forma de limitação de empenho é o (a)

- A) Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- B) Lei Orçamentária Anual.
- C) Orçamento-programa.
- D) Plano Plurianual.

60. Em sua obra, "Teoria das Finanças Públicas", Richard Musgrave propôs uma classificação das funções econômicas do Estado, que se tornaram clássicas no gênero. A função econômica que **NÃO** está inserida na classificação proposta pelo autor é a função

- A) alocativa.
- B) distributiva.
- C) estabilizadora.
- D) fiscalizadora.

PROVA 2

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONTABILIDADE GERAL

61. Acerca dos Princípios de Contabilidade, previstos na Resolução CFC nº 750/93, assinale a **ÚNICA** afirmação que está de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade vigentes.

- A) A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, por isso é necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação.
- B) Na aplicação dos Princípios de Contabilidade, os aspectos formais das situações concretas devem prevalecer sobre a essência das transações.
- C) O Princípio da Competência pressupõe a necessidade de confrontação das receitas, independentemente da existência de despesas correlatas.
- D) Segundo o Princípio da Entidade, a soma ou agregação contábil de patrimônios autônomos resulta em nova Entidade de natureza econômico-contábil.

62. Por determinação superior, o contador de uma sociedade empresária contabilizou como despesas da sociedade o aluguel do imóvel destinado à moradia do sócio-administrador. Tal fato caracteriza violação ao princípio contábil da

- A) competência.
- B) entidade.
- C) oportunidade.
- D) prudência.

63. Da contabilidade de uma entidade privada, foram extraídas as seguintes informações:

- Prestou serviços em 2012 e recebeu em 2012 R\$ 200,00;
- Prestou serviços em 2012, mas só recebeu em 2013 R\$ 250,00;
- Recebeu em 2012, mas só prestou os serviços em 2013 R\$ 300,00;
- Despesa (realizada, incorrida etc.) em 2012, paga em 2012 R\$ 100,00;
- Despesa (realizada, incorrida etc.) em 2012, paga em 2013 R\$ 150,00;
- Despesa (realizada, incorrida etc.) em 2013, paga em 2012 R\$ 250,00.

Em vista disso, pode-se afirmar corretamente que o lucro em 2012, pelo regime de competência, foi de

- A) R\$ 100,00.
- B) R\$ 150,00.
- C) R\$ 200,00.
- D) R\$ 250,00.

Com base no Balanço Patrimonial abaixo, responda as questões 64 e 65 a seguir.

ATIVO		PASSIVO	
Caixa e Bancos	150,00	Fornecedores	200,00
Estoque de mercadorias	250,00	Capital Social	300,00
Móveis e utensílios	500,00	Lucros Acumulados	400,00
TOTAL	900,00	TOTAL	900,00

64. O capital próprio e o capital de terceiros são, respectivamente,

- A) R\$ 300,00 e R\$ 500,00.
- B) R\$ 400,00 e R\$ 250,00.
- C) R\$ 700,00 e R\$ 200,00.
- D) R\$ 800,00 e R\$ 150,00.

65. O patrimônio bruto e o capital de giro são, respectivamente,

- A) R\$ 300,00 e R\$ 900,00.
- B) R\$ 400,00 e R\$ 700,00.
- C) R\$ 700,00 e R\$ 500,00.
- D) R\$ 900,00 e R\$ 400,00.

66. Ao elaborar a demonstração de resultado do exercício social findo em 31/12/2012, o contador de uma entidade privada percebeu que as despesas de salários do mês de dezembro de 2012 só foram contabilizadas em janeiro de 2013. Tal fato gerou

- A) aumento indevido da despesa de 2013.
- B) aumento indevido do lucro de 2013.
- C) diminuição indevida do lucro de 2012.
- D) diminuição indevida da receita de 2012.

67. Analisando-se a demonstração de resultado de exercício de uma entidade mercantil, pode-se afirmar corretamente que

- A) a receita líquida é obtida pela diferença entre a receita bruta e o custo das mercadorias vendidas.
- B) a receita líquida é obtida pela diferença entre a receita bruta e as despesas operacionais.
- C) o lucro bruto é obtido pela diferença entre a receita líquida e o custo das mercadorias vendidas.
- D) o lucro bruto é obtido pela diferença entre a receita bruta e as despesas operacionais.

68. Acerca do Livro Diário e do Livro Razão, é correto afirmar-se que

- A) no Livro Razão, devem ser lançadas, em ordem cronológica, com individualização, clareza e referência ao documento probante, todas as operações ocorridas, e quaisquer outros fatos que provoquem variações patrimoniais.
- B) no caso de escrituração contábil em forma digital, se o arquivo magnético for autenticado pelo registro público competente, fica dispensada sua manutenção pela entidade.
- C) o contador é o responsável pelo registro público desses livros contábeis em órgão competente e por averbações exigidas pela legislação de recuperação judicial, sendo atribuição do dirigente da entidade a comunicação formal dessas exigências à entidade.
- D) quando o Livro Diário e o Livro Razão forem gerados por processo que utilize fichas ou folhas soltas, deve ser adotado o registro "Balancetes Diários e Balanços".

69. Se sua empresa comprar uma caneta por R\$ 1,20 e, em seguida, comprar outra caneta (de mesma marca e cor) por R\$ 1,40 e, posteriormente, vender uma das canetas por R\$ 3,00, seu lucro bruto será de

- A) R\$ 1,50, se seu estoque for avaliado pelo método do Preço Específico.
- B) R\$ 1,60, se seu estoque for avaliado pelo método PEPS (as primeiras a entrar são as primeiras a sair).
- C) R\$ 1,70, se seu estoque for avaliado pelo método Preço Médio Ponderado, conhecido por Custo Médio.
- D) R\$ 1,80, se seu estoque for avaliado pelo método UEPS (as últimas a entrar são as primeiras a sair).

70. Marque a opção que indica a correta escrituração do seguinte fato contábil: "recebimento de cheque, pela tesouraria, correspondente a uma duplicata emitida por ocasião de uma venda realizada a prazo".

- A) Debitar a conta BANCOS e creditar a conta CAIXA.
- B) Debitar a conta CAIXA e creditar a conta CLIENTES.
- C) Debitar a conta CAIXA e creditar a conta VENDAS A PRAZO.
- D) Debitar a conta BANCOS e creditar a conta DUPLICATAS A RECEBER.

CONTABILIDADE PÚBLICA

71. O saldo disponível em conta bancária, nos termos da Lei nº 4.320/64, deve ser apresentado

- A) pelo Balanço Financeiro, somente.
- B) pelo Balanço Patrimonial, somente.
- C) pelos Balanços Financeiro e Patrimonial.
- D) por todos os balanços previstos na Lei nº 4.320/64.

72. Considerando as normas da Lei nº 4.320/64 na apuração do resultado orçamentário, a contabilidade pública utiliza o regime de

- A) caixa para as receitas e o de competência para as despesas.
- B) caixa tanto para as receitas como para as despesas.
- C) competência tanto para as receitas como para as despesas.
- D) competência para as despesas e o misto para as receitas.

73. A dívida fluante, nos termos da Lei nº 4.320/64, **NÃO** compreende os

- A) débitos de tesouraria.
- B) depósitos e os restos a pagar.
- C) serviços da dívida a pagar.
- D) saldos a pagar de operação de crédito.

74. A técnica contábil, regulamentada pela NBC T.16.6, que evidencia, em período determinado, as informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio de entidades do setor público é denominada

- A) análise de balanços.
- B) auditoria governamental.
- C) controle interno.
- D) demonstração contábil.

75. Segundo a NBC T 16.8, o controle interno é classificado em

- A) contábil, financeiro e patrimonial.
- B) contábil, financeiro e de gestão fiscal.
- C) operacional, contábil e normativo.
- D) operacional, patrimonial e de gestão fiscal.

76. A despesa orçamentária que, no momento do reconhecimento do crédito, reduz a situação líquida patrimonial da entidade, constituindo-se num fato contábil modificativo diminutivo é a despesa orçamentária

- A) corrente.
- B) efetiva.
- C) não efetiva.
- D) por mutação patrimonial.

77. As variações patrimoniais são transações que resultam em alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público, mesmo em caráter compensatório, afetando, ou não, o seu resultado. Assim, todas as alterações ocorridas no patrimônio são denominadas Variações Patrimoniais e podem ser classificadas em

- A) econômicas ou financeiras.
- B) gerais ou específicas.
- C) orçamentárias ou não orçamentárias.
- D) quantitativas ou qualitativas.

78. O resultado patrimonial corresponde à diferença entre o valor total

- A) das contas integrais do ativo e o valor total das contas diferenciais do passivo.
- B) das receitas realizadas orçamentariamente e o valor total das despesas realizadas orçamentariamente.
- C) das receitas orçamentárias e extraorçamentárias e o valor total das despesas orçamentárias e extraorçamentárias.
- D) das variações patrimoniais aumentativas e o valor total das variações patrimoniais diminutivas de um dado período.

79. O superávit orçamentário é obtido pela diferença positiva entre o total

- A) das receitas orçamentárias arrecadadas e o total das despesas orçamentárias realizadas.
- B) do excesso de arrecadação e o total das economias orçamentárias.
- C) do excesso de arrecadação e o total dos créditos adicionais abertos no período.
- D) das receitas orçamentárias previstas e o total das receitas orçamentárias arrecadadas.

80. O Balanço Orçamentário, em sua estrutura, deve evidenciar as receitas e as despesas orçamentárias por categoria econômica, confrontar o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrar o resultado orçamentário e discriminar as receitas por

- A) alínea e as despesas por programa.
- B) fonte (espécie) e as despesas por grupo de natureza.
- C) origem e as despesas por modalidade de aplicação.
- D) rubrica e as despesas por função de governo.

FINANÇAS PÚBLICAS

81. Ao elaborar a programação de gastos e receitas contidas em seu orçamento, o Governo Federal procura alcançar três objetivos. Assinale a opção que **NAO** constitui objetivo da política orçamentária, segundo a Teoria das Finanças Públicas.

- A) Manter a estabilização econômica.
- B) Manter a estabilização da dívida ativa.
- C) Promover ajustes na alocação de recursos.
- D) Promover ajustes na distribuição de renda.

82. A partilha dos tributos pelos diversos entes federativos, de forma a assegurar-lhes meios para atendimento de seus fins é denominada

- A) federalismo fiscal.
- B) pacto federativo.
- C) competência tributária.
- D) administração tributária.

83. Diz a Constituição Federal: "Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este

- A) determinante para o setor público e indicativo para o setor privado".
- B) facultativo para o setor público, se for delegado ao setor privado".
- C) indicativo para o setor público, se for facultativo para o setor privado".
- D) obrigatório tanto para o setor público como para o setor privado".

84. Em caso de pagamento de dívida pública, a amortização do principal deve ser classificada como despesas

- A) correntes e os juros como despesas de capital.
- B) correntes e os juros também como despesas correntes.
- C) de capital e os juros também como despesas de capital.
- D) de capital e os juros como despesas correntes.

85. O orçamento cuja técnica de elaboração exige a utilização sistemática de indicadores e padrões de medição do trabalho e dos resultados é denominado orçamento

- A) de base zero.
- B) de desempenho.
- C) programa.
- D) tradicional.

86. Segundo a Constituição Federal, a lei orçamentária anual poderá conter autorização para

- A) abertura de créditos adicionais especiais por anulação de dotações orçamentárias.
- B) abertura de créditos suplementares com base no excesso de arrecadação do exercício anterior.
- C) contratação de operação de crédito, desde que não seja por antecipação de receita.
- D) realização de empréstimos bancários a título de antecipação de receita orçamentária.

87. A primeira etapa do ciclo orçamentário brasileiro é finalizada por meio de ato

- A) privativo do Chefe do Poder Executivo.
- B) privativo do Chefe do Poder Legislativo.
- C) praticado pelo Chefe do Poder Executivo, com anuência do Legislativo.
- D) praticado pelo Chefe do Poder Legislativo, com anuência do Executivo.

88. A Lei Federal nº 4.320/64 previu dois sistemas de controle da execução orçamentária. A Constituição de 1988 manteve essa concepção e deu-lhe um sentido ainda mais amplo. Segundo o texto constitucional vigente,

- A) a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial será exercida privativamente pelo Tribunal de Contas.
- B) cada Poder terá seu próprio sistema de controle interno, auxiliado pelo Tribunal de Contas respectivo.
- C) o exercício do controle externo compete ao Poder Legislativo, auxiliado pelo Tribunal de Contas respectivo.
- D) o exercício do controle interno compete ao Poder Legislativo e o externo ao Tribunal de Contas.

89. A Constituição Brasileira de 1967, em seu artigo 66, rezava que “o montante da despesa autorizada em cada exercício financeiro não poderá ser superior ao total das receitas estimadas para o mesmo período”. Contudo, o referido artigo foi retirado do texto constitucional, por meio da Emenda nº 1/69. Tal enunciado traduz o princípio orçamentário, reintroduzido em nosso ordenamento jurídico pela Lei de Responsabilidade Fiscal, denominado

- A) gestão fiscal responsável.
- B) equilíbrio orçamentário.
- C) não afetação das receitas.
- D) transparência fiscal.

90. Acerca dos diversos conceitos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a afirmação **INCORRETA**.

- A) Concessão de garantia é o compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada.
- B) Dívida pública flutuante corresponde ao montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados, e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.
- C) Dívida pública mobiliária é a dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, dos estados e dos municípios.
- D) Operação de crédito é o compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

91. No que tange às funções econômicas do Estado, são feitas as seguintes afirmações:

- I. A função alocativa busca manter a estabilidade econômica.
- II. A função estabilizadora promove ajustamentos na alocação de recursos.
- III. A função distributiva promove ajustamentos na distribuição de renda.

É correto o que se afirma apenas em

- A) I e III.
- B) I e II.
- C) II.
- D) III.

92. O Estado precisa planejar suas ações. Este planejamento assume a forma de um conjunto de decisões antecipadas que devem possibilitar escolher quais investimentos são prioritários e para quem. Considere as seguintes afirmações a respeito do Estado:

- I. O Estado é uma nação politicamente organizada por leis próprias.
- II. Para realizar suas ações, o Estado usa recursos da sociedade, dos quais se apropria, das mais variadas maneiras; como exemplo, pode-se citar: tributos, aluguéis, renda de serviços e empréstimos.
- III. O controle das variáveis oferta, demanda e preço é atribuído ao Estado.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II apenas.
- C) II e III apenas.
- D) I e III apenas.

93. No que diz respeito aos sistemas de governo, atente para as seguintes afirmações:

- I. Monarquia é um sistema de governo em que o monarca, imperador ou rei, governa um país como chefe de Estado, sendo o governo vitalício, ou seja, até morrer ou abdicar.
- II. O parlamentarismo é um sistema de governo no qual o presidente é o chefe de Estado e de Governo. Este presidente é o responsável pela escolha dos ministros que o auxiliam no governo.
- III. O presidencialismo é um sistema de governo em que o Poder Legislativo proporciona a sustentação política para o Poder Executivo.

É correto o que se afirma apenas em:

- A) I e II.
- B) II e III.
- C) III.
- D) I.

94. Em relação às esferas de governo, são feitas as seguintes afirmações:

- I. Na esfera federal, têm-se as assembleias legislativas.
- II. Na esfera municipal, têm-se as câmaras de vereadores.
- III. Na esfera federal, tem-se a casa da moeda.

É correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) II e III apenas.
- C) I e III apenas.
- D) II apenas.

95. A administração pública tem assumido, ao longo dos anos, diferentes modelos, como: patrimonialista, burocrático e gerencial. Sobre esses modelos, escreva V ou F conforme seja verdadeiro ou falso o que se afirma nos itens abaixo.

- () O modelo patrimonialista é caracterizado como uma forma de combater a corrupção e o nepotismo.
- () É no modelo gerencial que surge a necessidade de reduzir custos e aumentar a qualidade dos serviços prestados à sociedade.
- () No modelo patrimonialista, o aparelho do Estado é extensão do poder soberano.
- () No modelo burocrático, pode-se destacar a hierarquia funcional e a impessoalidade, dentre outras características.

Está correta, de cima para baixo, a seguinte sequência:

- A) V, V, F, F.
- B) V, F, V, F.
- C) F, V, V, V.
- D) F, F, F, V.

96. É função da Administração Pública Gerencial

- A) aumentar a qualidade dos serviços públicos.
- B) combater o nepotismo patrimonialista.
- C) estabelecer a impessoalidade nas atividades da administração pública.
- D) aumentar a burocracia nos serviços públicos.

97. A emenda à Constituição Estadual, nº 75, de 20 de dezembro de 2012, estabelece que os poderes, Legislativo, Executivo e Judiciário, manterão, de forma integrada, sistema de controle interno. Com relação a sistema de controle interno, escreva V ou F conforme seja verdadeiro ou falso o que se afirma nos itens abaixo.

- () O sistema de controle interno realiza apenas o acompanhamento da execução da despesa e a fiscalização da execução física das ações governamentais.
- () O sistema de controle interno comprova a publicidade dos resultados avaliados quanto à eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.
- () O controle interno poderá ser exercido de forma centralizada, sob a coordenação do controle externo de cada Poder.
- () Os responsáveis pelo sistema de controle interno de cada Poder, ao tomar conhecimento de irregularidades, dará ciência ao controle externo de cada Poder.

Está correta, de cima para baixo, a seguinte sequência:

- A) V, V, V, V.
- B) F, F, V, F.
- C) V, F, F, V.
- D) F, F, F, F.

98. É função da Lei Estadual nº 15.175, de 28 de junho de 2012, definir

- A) o modelo de gestão do Poder Executivo, com alterações na estrutura administrativa estadual, bem como definir a extinção e a criação de cargos de direção.
- B) a organização do controle interno, na esfera estadual.
- C) regras específicas para a implementação da Lei Federal nº 12.527/2011, que regula o acesso à informação.
- D) regras para a transferência de recursos pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual por meio de convênios.

99. Correlacione os itens da coluna I aos listados na coluna II, numerando corretamente a coluna II de acordo com a I.

COLUNA I		COLUNA II
1. Conselhos	()	Sua finalidade é regular e/ou fiscalizar a atividade de determinado setor da economia de um país.
2. Organizações Sociais	()	É um conjunto de relações entre membros de um grupo, entre grupos ou entre pessoas e grupos.
3. Organização Social de Interesse Público (OSCIP)	()	É a participação popular na gestão pública.
4. Agência Reguladora	()	São instituídas por iniciativa de particulares para desempenhar serviços sociais não exclusivos do Estado, com incentivo e fiscalização do Poder Público, mediante vínculo jurídico instituído por meio de termo de parceria.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- A) 1, 2, 3, 4.
- B) 2, 3, 1, 4.
- C) 4, 2, 1, 3.
- D) 4, 3, 2, 1.

100. Com relação à “excelência nos serviços públicos” é correto afirmar-se que

- A) busca garantir um atendimento impessoal para todos os cidadãos.
- B) este termo está relacionado à qualidade na prestação de serviços à população.
- C) existe uma dificuldade na criação de programas que buscam a evolução da qualidade na administração pública.
- D) relaciona-se com a obrigatoriedade da participação dos cidadãos nas decisões em todos os setores da administração pública.